

**REFLEXÕES SOBRE A PROFANAÇÃO
PEDAGÓGICA NAS AULAS DE ENSINO
RELIGIOSO**

**REFLECTIONS ON PEDAGOGICAL
PROFANATION IN RELIGIOUS
EDUCATION CLASSES**

**REFLEXIONES SOBRE LA PROFANACIÓN
PEDAGÓGICA EN LAS CLASES DE
EDUCACIÓN RELIGIOSA**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i3.62207

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Resumo: O objetivo do presente artigo é produzir uma reflexão sobre a profanação como um modo de operar com conteúdos de dimensão religiosa nas aulas de ensino religioso. Segue uma metodologia de escrita ensaística, que leva em consideração a aproximação de fronteiras (nesse caso os conceitos e as materialidades utilizadas para tal). Para isso apresenta uma breve sistematização do conceito de profanação, e o amplia para a ideia de profanação pedagógica, a fim de problematizar que na escola é possível profanar os conteúdos, torná-los abertos e acessíveis para serem estudados como matéria de estudo escolar, a partir das instigações curriculares para o componente. Em um segundo momento, busca-se analisar alguns registros de possíveis profanações pedagógicas nas aulas de Ensino Religioso, através de artigos, resumos e pôsteres documentados nos ANAIS dos congressos e seminários promovidos pelo Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER. Conclui-se afirmando que há relações entre o conceito de profanação e algumas práticas de Ensino Religioso não confessional e que é fundamental explorar e ampliar debates como esse a fim de problematizar os pressupostos teóricos e práticos dos currículos de Ensino Religioso.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Profanação Pedagógica. Currículo. Escola.

Gilberto Oliari

Doutor em Educação

Professor da Universidade Comunitária da
Região de Chapecó, Brasil.

E-mail: gilba@unochapeco.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3102-8383>

Como citar este artigo:

OLIARI, G. REFLEXÕES SOBRE A PROFANAÇÃO PEDAGÓGICA NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p. 1-11, 2022. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i3.62207>.

Recebido em: 11/02/2022

Aceito em: 04/07/2022

Publicação em: 15/12/2022

Abstract: The objective of this article is to produce a reflection on the profanation as a way of operating with contents of religious dimension in religious teaching classes. It follows a methodology of essay writing, which takes into account the approximation of borders (in this case the concepts and materialities used for this). For this it presents a brief systematization of the concept of desecration, and broadens it for the idea of pedagogical profanation in order to problematize that in school it is possible to desecrate the contents, make them open and accessible to be studied as a matter of school study, the from curricular instigations to the component. In a second moment, we seek to analyze some records of possible pedagogical profiles in religious teaching classes, through articles, summaries and posters documented in the annals of the congresses and seminars promote by the Permanent National Forum of Religious Education – Fonaper. It is concluded by stating that there are relations between the concept of profanation and some practices of non-confessional religious teaching and that it is fundamental to exploit and expand debates as this in order to problematize the theoretical and practical assumptions of religious teaching curricula.

Keywords: Religious teaching. Pedagogical Profanation. Resume. School.

Resumem: El propósito de este artículo es producir una reflexión sobre la profanación como forma de operar con contenidos de dimensión religiosa en las clases de educación religiosa. Sigue una metodología de redacción de ensayos, que tiene en cuenta la aproximación de fronteras (en este caso los conceptos y materialidades utilizados para ello). Para ello, presenta una breve sistematización del concepto de profanación, y lo amplía a la idea de profanación pedagógica, con el fin de problematizar que en la escuela es posible profanar los contenidos, hacerlos abiertos y accesibles para ser estudiados como una materia de estudio escolar, la de las instigaciones curriculares al componente. En un segundo momento, buscamos analizar algunos registros de posibles profanaciones pedagógicas en las clases de Enseñanza Religiosa, a través de artículos, resúmenes y carteles documentados en las ACTAS de congresos y seminarios promovidos por el Foro Nacional Permanente de Enseñanza Religiosa - FONAPER. Concluye afirmando que existen relaciones entre el concepto de profanación y algunas prácticas de Educación Religiosa aconfesional y que es fundamental explorar y ampliar debates como este para problematizar los presupuestos teóricos y prácticos de los currículos de Educación Religiosa.

Palabras-clave: Educación religiosa. Profanación pedagógica. Reanudar. Colegio.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo insere-se na ordem de um exercício constante de pensar sobre uma problemática presente nas escolas, a saber: como operar com conhecimentos de dimensão religiosa, que por extensão fazem parte das subjetividades individuais e culturais dos sujeitos, nas aulas de ensino religioso? Não pretendemos aqui, apresentar uma solução salvadora para esse problema, pelo contrário, buscamos problematizar as possíveis relações de um conceito (que se dirige a uma ação), agregando-o a tantos outros, que possibilite ampliar alternativas epistemológicas e metodológicas para argumentar sobre a presença do Ensino Religioso não confessional na escola.

O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre a profanação como um modo de operar com conteúdo de dimensão religiosa nas aulas de Ensino Religioso. Sabemos que abordar os conhecimentos advindos das diversas religiões é um desafio que pode se expressar duplamente quando sistematizados em duas dimensões: (i) o Estado Laico, e a (ii) posição religiosa (não religiosa) de cada um. Por isso, a questão que move nosso exercício reflexivo é: como tornar os conhecimentos religiosos um bem público e torná-los um conteúdo de estudo na escola?

Desse modo, através de uma pesquisa teórico-bibliográfica reflexiva, buscamos compreender e explicar o conceito de profanação (AGAMBEN, 2007), abordando este como possível princípio pedagógico e metodológico (MASSCHELEIN, SIMONS, 2017) para tornar os conteúdos de dimensão religiosa, matéria de estudo comum na escola. Em seguida, fazemos uma investigação nos ANAIS do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (2015 - 2020), com vistas a compreender como os professores de Ensino Religioso abordam conteúdos de dimensão religiosa em suas aulas escolares, possibilitando pensar que possivelmente há uma prática de profanação pedagógica destes conteúdos.

Trata-se, portanto, de um exercício teórico e epistemológico que busca compreender a

possibilidade de pensar a aula como um exercício constante de profanação. Mais do que isso, busca reforçar a tese de que nas aulas de Ensino Religioso não há apelo à conversão (proselitismo), bem como afirmar que é possível, mesmo pautado em princípios éticos e científicos, abordar de modo profano os conhecimentos e sabedorias advindos das religiões.

Justifica-se tal proposição reflexiva, por considerar a pertinência do Ensino Religioso no currículo escolar, principalmente consubstanciado pela BNCC (2017). Santos (2015), anterior à BNCC, já nos alertava que esse documento seria importante para o componente curricular, considerando que “Pensar na BNCC para o ER é pensar estratégias de superação das práticas proselitistas presentes no contexto escolar” (p. 304). Assim, pensar que no Ensino Religioso se pratica a profanação pedagógica dos conteúdos, significa pensar que é possível outro tipo de ensino, que não apela para o proselitismo.

A construção da pesquisa e de seus resultados busca pautar-se na construção de um ensaio. Compreendemos metodologicamente o ensaio como uma construção textual que se constitui entre fronteiras (nesse caso entre os escritos sobre profanação e a materialidade advinda dos ANAIS do FONAPER). Fronteiras que podem impor obstáculos, os quais podem ampliar o âmbito reflexivo “ao ensinar-nos a olhar de outra maneira o âmbito do pensável, ao ensinar-nos a pensar de outro modo [...] ao ensinar-nos a falar de outro modo” (LARROSA, 2003, p. 106). Esse pensar de outro modo, pode ser a maneira de problematizar a relação entre o conceito de profanação e as ações praticadas pelos professores de ensino religioso, registrados nos ANAIS do FONAPER.

Mais do que isso, “o ensaio é, também, sem dúvida, uma figura do caminho de exploração, do caminho que se abre ao tempo em se caminha” (LARROSA, 2003, p. 112). Por isso, no ensaio desdobram-se e tecem-se reflexões, operando entre materialidades e escritos, buscando um modo inventivo de produzir conhecimentos. Desse modo, no primeiro momento do texto apresentamos as argumentações recorrentes sobre o conceito de profanação e ampliando-o buscamos acrescentar o termo pedagógico, assim tratamos da possibilidade de associar o conceito às práticas pedagógicas escolares. E, no segundo momento do artigo, buscamos problematizar a relação entre as práticas dos professores de ensino religioso e a profanação pedagógica.

2 SOBRE PROFANAR NA ESCOLA

Podemos afirmar que há três conceitos, que balizam a construção desse artigo: profanação; escola (ou aula); aula de ensino religioso. É sobre esses três conceitos que vamos nos deter na construção de nossa reflexão inicial.

Para fundamentar o conceito de profanação, vamos às reflexões do filósofo Giorgio Agamben (2007) que o trabalha de modo profundo e contextual a seu tempo. Em sua construção textual Agamben (2007) busca apresentar o termo profanação desde sua origem, apresentando-o como saída para a fundamentação religiosa e sagrada das coisas, acontecimentos e fenômenos do mundo. Desse modo, aborda diferentes operações advindas das profanações como o jogo, a museificação e a construção artística como modos possíveis de tornar os fenômenos, tidos como sagrados, um bem público.

É importante ressaltar que a operação de profanar, não busca apresentar uma destruição dos fundamentos das crenças, ou desmerecimento dos fenômenos religiosos e das coisas sagradas. Nas palavras de Agamben (2007) o ato de profanar libera e desvia a humanidade (e por extensão seus conhecimentos e fundamentos) da esfera do sagrado, mas sem abolir simplesmente o sagrado. Até porque o sagrado faz parte das subjetividades dos sujeitos e muitas vezes é o que possibilita às pessoas atribuir sentido e significado às coisas do mundo. Por isso podemos dizer que profanar significa retirar os objetos, ritos, explicações (etc.) do âmbito da sacralidade, para analisá-los, estudá-los de um modo humano (ético, estético, científico), sem tirar dele o respeito e a consideração de sagrado que possui.

Pode-se dizer que quando algo é profanado, acontece uma devolução (da coisa ou do fenômeno) para o uso comum nos espaços de onde ele havia sido retirado (AGAMBEN, 2007), com isso se desativam os dispositivos de poder. Para Agamben (2007, p. 58) “Puro, profano, livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens”. Desse modo, um objeto, fenômeno, história ou qualquer coisa ou fenômeno que antes possuía um sentido e significado estritamente religioso

(sagrado) a partir do qual se exercia poder sobre as pessoas, ao ser profanado não exerce mais poder, é liberado de sua função de influenciar religiosamente os conhecimentos, ações e subjetividades.

Segundo Agamben (2007) na profanação acontece uma publicização do rito, fenômeno ou conhecimento, sem abolir simplesmente a intrínseca relação com o sagrado, pois o que acontece, é uma utilização epistêmica ou praxiológica do sagrado no comum. Assim, podemos compreender que “A passagem do sagrado ao profano pode acontecer também por meio de um uso (ou melhor, de um reuso) totalmente incongruente do Sagrado” (AGAMBEN, 2007, p. 59). Esse uso, ou reuso, não é de ordem econômica, mas refere-se ao retorno daquilo que havia sido atribuído sentido de sagrado, ao comum, aquilo que é de todos e que todos podem utilizar, não apenas em um grupo estrito.

Essa profanação não pode acontecer de modo desrespeitoso ao sagrado, pois muitos elementos de sacralidade estão marcados nas identidades dos sujeitos. Poderíamos fazer uma advertência e afirmar que, exercer a profanação deve levar em consideração um profundo processo dialógico, que convida o outro a tornar comum o que lhe é sagrado, que permita que, de acordo com a sua vontade, volte ou não para a dimensão do sagrado. Por isso a ação de profanar, pode ser uma prática escolar que busca tornar matéria de estudo os objetos, fenômenos e acontecimentos do mundo.

A profanação é associada à escola como um elemento pedagógico por Masschelein e Simons (2017). Segundo os autores constantemente, ao invocar as matérias de estudo na escola, o professor torna as coisas do mundo algo profano; algo desligado de sua fundamentação (social e/ou religiosa) e torna esses fenômenos algo disponível, passível de ser dissecado e compreendido a partir de matrizes próprias do conhecimento. Desse modo, profanar na escola tem a função de liberar os sentidos e significados atribuídos para as coisas e fenômenos e torná-los matéria de estudo escolar.

Seguindo a argumentação de Masschelein e Simons (2017), o ato de profanar na escola refere-se a ação de transformar algo em matéria de estudo, em conteúdo a ser desenvolvido através das inúmeras aulas que acontecem. Nas palavras dos autores, o professor, na escola possui a potência de “[...] com sua voz, gestos e presença, invocar algo do mundo na sala de aula” (MASSCHELEIN, SIMONS, 2017, p. 39). Trata-se de chamar atenção para as coisas como elas realmente são, sem atribuir a elas sentidos e significados com explicações religiosas ou sociais - há uma liberação desse poder. Assim torna-se possível estudar as coisas e fenômenos sem ‘ferir’ as subjetividades das pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, bem como possibilita que elas tenham acesso à conhecimentos de outras tradições, diversas à sua.

Afirmar que é possível haver profanação na escola, leva em consideração que “O que é tratado na escola está enraizado na sociedade, no cotidiano, mas transformado pelos atos simples e profundos de suspensão (temporária e profanação) [...]” (MASSCHELEIN, SIMONS, 2017, p. 40). Assim reconhece-se que na escola sempre há algo sobre a mesa, o qual convoca os alunos para a prática e para o estudo, esse algo pode estar enraizado na sociedade, na economia, nas religiões, etc. porém no âmbito escolar ele é matéria de estudo, pois estão desligadas de seu uso habitual.

A profanação como uma operação de liberação dos sentidos e significados sagrados das coisas e fenômenos do mundo (AGAMBEN, 2007) tornada ação possível pedagogicamente quando transforma algo em matéria de estudo na escola (MASSCHELEIN, SIMONS, 2017) é condição de emergência do ensino religioso não confessional nos termos de Cecchetti (2019). Para Cecchetti (2019) a escola, através das aulas de ensino religioso necessita integrar, discutir e estudar os fenômenos religiosos de modo científico e respeitoso a fim de contribuir para a desnaturalização de estereótipos, preconceitos e silenciamentos.

Obviamente que, esse trabalho pedagógico desenvolvido a partir de conteúdos de dimensão religiosa, nas aulas de Ensino Religioso, não é tão tranquilo quanto se pensa. De acordo com Santos, (2015, p. 301) “É sentida nas escolas, essa dificuldade em separar convicção religiosa dos conteúdos a serem abordados no Ensino Religioso”, ou seja, há uma dificuldade que precisa ser encarada pelo/a professor/a para que seu trabalho não seja apelativo a uma tradição religiosa, mas, que por outro lado seja problematizador de acontecimentos e fenômenos que precisam ser problematizados. Essa dificuldade precisa ser potencializadora de reflexões pedagógicas e metodológicas por parte dos/as professores/as.

Sendo assim, a profanação dos conteúdos religiosos na escola poderia ser uma alternativa para o ensino religioso não confessional ao passo que torna público os conhecimentos (práticas, valores, crenças, símbolos, mitos) de diversas tradições religiosas. Ao torná-lo público pode-se olhar para os conhecimentos, nas aulas de ensino religioso, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e religiosa (CECCHETTI, 2019) transportando os conhecimentos para a ordem epistêmica, liberando-os dos sentidos e significados religiosos.

Essa profanação é possível quando se atenta às diferentes orientações curriculares e metodológicas encaminhadas ao ensino religioso. Pode-se apontar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso construídos pelo Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER (2009), historicamente marcante na constituição do Ensino Religioso no país. Bem como, mais contemporâneo, encontramos as indicações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017).

Dos parâmetros curriculares do ensino religioso (2009) pode-se apontar que esse componente curricular, na escola, estava ancorado em cinco eixos: culturas e tradições religiosas; escrituras sagradas; teologias; ritos; *ethos*. Cada um deles estava disposto a tornar o fenômeno religioso uma matéria de estudo escolar. O que dava suporte metodológico (ao componente curricular escolas de ensino religioso era o PCNER 2009) era justamente a possibilidade de profanação ao passo que possibilita o acesso aos mistérios religiosos e se capacitava para a leitura da linguagem mítico-simbólica na perspectiva de conhecer para construir significados.

No PCNER (2009) podemos afirmar que a profanação se refere a princípios metodológicos, pois encontramos indicações com as seguintes orientações para o tratamento didático dos conteúdos.

[...]- Pela organização social das atividades a fim de produzir o diálogo;

- Através da organização do tempo e do espaço, no aqui e agora, pela observação direta, pois o sagrado acontece no cotidiano e está presente na sala de aula; a conexão com o passado no mesmo espaço e em espaços diferentes também parte do presente e da limitação geográfica; na dimensão Transcendente não tempo, nem espaço; o limite encontra-se na linguagem de cada tradição religiosa;

- Na organização da seleção e critérios de uso de materiais e recursos prevê-se a colaboração de cada educando na indicação ou no fornecimento de seus símbolos, a origem histórica, os ritos e os mitos da sua tradição religiosa (FONAPER, 2009, p. 60 - 61).

De modo sistemático, o PCNER, antes da produção da BNCC, já apontava elementos referentes ao diálogo, a organização do tempo-escola, e na organização e seleção de materiais e conteúdos com vistas a tornar os conhecimentos religiosos um bem comum. Embora não tratassem de uma perspectiva conceitual e epistêmica ao afirmar a profanação, em nossa análise, pode haver inspiração para esse processo.

De modo semelhante encontramos a proposição curricular do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular (2017) que apresenta um conjunto de competências ao desenvolvimento do ensino religioso na escola. Ao passo que essas competências da BNCC direcionam-se para conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos; compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente; debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz; pode-se dizer que está propondo um caminho de profanações constantes nas aulas de ensino religioso e na escola de modo amplo.

Na própria BNCC (BRASIL, 2017) há um indicativo de que “Cabe ao ensino religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem o privilégio de nenhuma crença ou convicção” (p. 436). Nesse sentido, entendemos que deve haver profanação ao passo que no ER se devem utilizar pressupostos éticos e científicos para abordar os conhecimentos de dimensão religiosa.

Com certeza existem análises e críticas a serem realizadas para os dois documentos orientadores e reguladores de currículo. A pesquisadora Lurdes Caron (2013) analisa o PCNER, apontando esse como um marco histórico da educação brasileira, ao passo que pela primeira vez na história do país “[...] pessoas de várias tradições religiosas, educadores, conseguiram juntas construir os elementos constitutivos para o Ensino Religioso como disciplina escolar” (p. 63). Assim, para o Ensino Religioso, os parâmetros curriculares apresentam-se como um marco significativo para orientação curricular desse componente curricular, que respeite e valorize a diversidade de tradições religiosas que estão presentes na sociedade.

Na tangente das análises do Ensino Religioso na BNCC encontramos vários artigos que retratam uma valorização de sua abordagem. É o caso de Ferreira e Brandenburg (2019) que a analisam como possibilidade de desenvolver processos educativos com vistas a construção de uma cultura da paz. Santos (2021) retrata que a construção da BNCC foi um processo tenso e controverso, mas, ainda assim para o Ensino Religioso possibilitou-se um desenvolvimento epistemológico nunca experimentado pelo componente curricular. Essas e outras análises críticas podem ser encontradas em muitas produções contemporâneas, no entanto seu aprofundamento fogem ao escopo de construção desse artigo.

É e justamente essa abordagem dos conhecimentos religiosos que buscaremos analisar nos relatos de experiência, ou mesmo nas reflexões teóricas de professores/as de ensino religioso, que se dispõem a registrá-las através dos ANAIS dos seminários e congressos desenvolvidos pelo Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER.

3 ALGUNS REGISTROS DE POSSÍVEIS PROFANAÇÕES PEDAGÓGICAS NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO

Com vistas a propor uma reflexão teórica e prática sobre o conceito de profanação em relação com o que acontece em sala de aula, buscamos verificar relatos de experiências de professores/as de Ensino Religioso. A busca desses relatos iniciou nos ANAIS disponíveis no sítio eletrônico do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso - FONAPER, publicados a partir do ano de 2015 (que se refere ao seminário acontecido no ano de 2014), considerando que a partir do ano acima relatado iniciam-se as tratativas para a construção da BNC (título atribuído inicialmente a Base Nacional Comum Curricular). E, segue a busca até o último ANAIS publicado no ano de 2020 (que se refere ao encontro do ano de 2019). A pergunta que movimentou nossa busca (nos ANAIS) foi a mesma de toda essa pesquisa: como tornar os conhecimentos religiosos um bem público e torná-los um conteúdo de estudo na escola? Levando em consideração o relato de práticas de ensino que levassem em consideração a abordagem das religiosidades nas aulas de Ensino Religioso na Educação Básica.

Vale destacar que nos ANAIS, que utilizamos como materialidade para essa busca, há diferentes formas de registrar os textos produzidos: (i) até os ANAIS publicados em 2017, os registros são realizados através de artigos científicos; (ii) A partir dos ANAIS publicados em 2018, os registros são feitos através de resumos expandidos; (iii) além desses modos, alguns eventos abrem espaço para apresentação de pôsteres, que nos ANAIS são registrados através de resumos simples.

Quadro 1 – Possíveis profanações pedagógicas

	TÍTULO	AUTOR(A/ES)	ANO
1	Religiosidade afro brasileira e encaminhamentos metodológicos no Ensino Religioso	Alysson Brabo Antero Maria de N. F. de S. Pereira	2015
2	AFROQUIZ: Perguntas ou respostas?	Gézika dos Anjos Ferreira Elisa Sofia Angelim da Silva dos Santos	2015

REFLEXÕES SOBRE A PROFANAÇÃO PEDAGÓGICA NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO

3	RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA: Desafios do Ensino Religioso em uma escola católica	Alex Coimbra Sales Orivaldo J. Soeiro Silva	2015
4	O Noé diluviano em contos de Machado de Assis e Miguel Torga - Perspectivas para o letramento literário em aulas de Ensino Religioso	Araceli Sobreira Benevides	2015
5	Imagens míticas nas aulas de Ensino Religioso	Gizêlda da S. Rodrigues Ilza Felix Pereira Tânia M. da S. Rodrigues	2015
6	Ressignificação do mito indígena "Cumadre Fulorzinha": uma proposta audiovisual para as aulas de Ensino Religioso	Narjara Lins de Araújo	2015
7	Religiões afro brasileiras em sala de aula (pôster)	Jocileny Dantas da Costa Jessica Cardoso da Silva Edileusa M. da S. Oliveira Roberes D. Rodrigues	2016
8	Concepções e ações sobre racismo e discriminação racial nas igrejas evangélicas no bairro da Cidade Tabajara - Olinda (pôster)	Jairo Bezerra de Sales	2016
9	A mandala como símbolo religioso em sala de aula	Aline Lima Fabricio	2016
10	História e percursos da devoção a Santa Rita de Cássia em Santa Cruz (RN) (pôster)	Cícero Williams da Silva	2016
11	Textos sagrados: o simbolismo das mandalas (pôster)	Maricélia Pereira Régis Maria José T. Holmes	2016
12	O BUDISMO REVELADO NA LEITURA DO HAICAI: uma experiência nas aulas de Ensino Religioso no Ensino Fundamental II	Jaime de Mello Junior Maria de Fátima Araújo	2018
13	O PANTEÃO PERSA: cultura e religião na construção de máscaras de divindades	Genilson T. da Silva	2018
14	A DIVERSIDADE DO SIMBOLISMO RELIGIOSO: conhecer, construir e refletir	Sulamita Muniz Duarte	2020
15	Visita a espaços sagrados como interface para o Ensino Religioso	Eliezer dos Santos Filho Sônia Maria Dias Leila César Vargas	2020
16	YOGA COMO PRÁTICA INTEGRADA AO ENSINO RELIGIOSO: revisão de trabalhos e perspectivas para as escolas	Maria Lucia A. Gnerre Gustavo C. Ojeda Baez	2020
17	ENSINO RELIGIOSO NA TRILHA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: numa construção da paz nas escolas	Maria Carmelita P. Santos Maria J. Gomes Bandeira Maria das G. de L. Luna	2020

Fonte: Quadro do autor.

Quanto aos ANAIS publicados no ano de 2015, podemos destacar a presença majoritária de conhecimentos da dimensão religiosa afro-brasileira, embora esteja presente também questões semitas (Noé) e indígenas ('Cumadre Fulorzinha'). Destacamos o modo como Antero e Pereira (2015), apresentam o desenvolvimento do tema das religiosidades afro-brasileiras nas aulas de ensino religioso. Segundo os autores trabalhou-se um recorte dessa dimensão religiosa a partir do rito "Ciclo do Marabaixo" que é praticado pelos seguidores de tradições afro-brasileiras no Estado do Amapá. Foi possível abordar princípios das religiosidades afro, como por exemplo: ancestralidade (através de vídeos e pesquisas na comunidade escolar); oralidade (através da visita de um grupo religioso praticante do rito na escola); circularidade (através da disposição das cadeiras em sala de aula);

ludicidade (através do jogo da dança) (ANTERO, PEREIRA, 2015, p, 552- 563).

Será que isso é profanar? Será que podemos dizer que há uma preocupação científica com a dimensão religiosa? Pode-se perceber que em nenhum momento do relato da prática há a busca por convencer os alunos de que tal ritual é bom e convidá-los a praticar, pelo contrário, através das diferentes atividades propostas, a religiosidade afro se tornou matéria de estudo escolar. O mesmo acontece com outros relatos que se desenvolvem quando se produz um *quiz* de perguntas e respostas sobre as religiosidades afro; quando se introduz o tema das religiosidades afro em uma escola católica, com um grande número de católicos que são alunos; quando se aproxima a religiosidade da literatura; quando se propõe a produção de um audiovisual sobre um tema da dimensão religiosa do outro (que se trata dos temas apresentados pelos outros textos publicados pelos ANAIS de 2015 e foram analisados para essa pesquisa).

Nos ANAIS do ano de 2016, percebe-se com maior intensidade a exposição de práticas pedagógicas de ensino religioso, através dos pôsteres de apresentação das experiências. Os professores/as relatam práticas de ensino sobre o tema das religiões afro; sobre as mandalas (como símbolo e rito das religiões orientais); e a discussão sobre como o racismo é tratado dentro das concepções de uma Igreja cristã, do entorno da comunidade escolar. Desejamos destacar a apresentação feita por Silva (2016), que relata o modo como um fenômeno enraizado na sociedade local (Peregrinação de Santa Rita de Cássia, em RN), transformou-se em matéria de estudo na escola. Em sua exposição, Silva (2016) relata ter abordado conteúdos como (i) o histórico da devoção na cidade, (ii) a constituição da identidade local, (iii) as relações e práticas devocionais que intermedeiam as relações de convivência, além de (iv) discutir de modo geral aspectos socioreligiosos e sentido de sacralidade na relação com os impactos sociais, políticos e econômicos da sociedade local.

Pode-se perceber no relato do professor (SILVA, 2016), que houve uma preocupação em relacionar o fenômeno com os possíveis conceitos científicos sem perder a noção de sacralidade do tema que estava envolvido. Até porque, talvez, muitos de seus alunos eram seguidores, ou de alguma forma se relacionavam com o fenômeno que acontecia. Isso nos faz perceber que é possível abordar, nas aulas de ensino religioso, conteúdos e temas locais e, a partir deles, compreender conceitos que extrapolam o acontecimento local.

Vale destacar que nos anos de 2017 e de 2019 (que se referem ao registro dos ANAIS do XIV e do XV Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso) não encontramos registros de produções que abordassem relatos de experiência de Ensino Religioso na Educação Básica.

No ano de 2018, destacamos os dois trabalhos levantados na busca. O primeiro deles é o relato de Junior e Araújo (2018) que apresentam uma experiência de ensino desenvolvido em uma escola municipal de Natal - RN, com alunos do sétimo ano. Nessas experiências os professores trabalharam em sala de aula com poesias Haikai, advindos de uma coletânea produzida pelo Zen Budismo; cada aluno recebeu uma poesia contendo ensinamentos do budismo, foi convidado a refletir e interpretar a mesma, levando assim a uma integração dos conteúdos com a vida dos alunos. Podemos afirmar que houve uma profanação (do conteúdo) nesse caso, levando em consideração que essas poesias são utilizadas como mantras de repetição em ritos budistas e, nas aulas de ensino religioso tornaram-se matéria de estudo, reflexão e interpretação, sem ligação com a ritualística de sua origem.

Outro relato pertinente à profanação, refere-se à apresentação de Silva (2018), o qual apresenta uma prática desenvolvida relacionada ao estudo da cultura e religião Persa, e a construção de máscaras das divindades do respectivo panteão. Consideramos esse, um outro modo de tornar um rito (a construção de máscaras) em matéria de estudo escolar, despertando conhecimentos, criatividade e reconhecimento da cultura do outro.

Nos ANAIS publicados no ano de 2020, destacamos o trabalho desenvolvido por Filho, Dias e Vargas (2020), o qual apresenta os resultados de visitas guiadas a espaços sagrados de diversas culturas religiosas do município de Vila Velha - ES. O relato aponta que foi possível desenvolver inúmeros conhecimentos e saberes a partir do contato direto com os espaços sagrados, o que amplia as possibilidades de diálogo entre culturas de diferentes matrizes religiosas. Segundo os autores: “O conhecimento desmistifica o imaginário do sujeito que traz preconceito sobre o objeto que ainda não

teve a oportunidade de ter contato” (p. 548); relacionando assim a possibilidade de profanação ao passo que o conhecimento se torna um bem público. Mais do que isso, o contato com o espaço sagrado do ouro, torna-se profanação pedagógica, gerando aprendizagens, despertando a necessidade de acolher, respeitar e preservar práticas e espaços diferentes.

Pode-se perceber, ao longo dos textos apresentados nos ANAIS dos eventos do FONAPER (de modo amplo) um resgate de religiosidades e de práticas espirituais que vão de encontro à valorização da diversidade étnica e cultural de diferentes povos. Percebemos o modo como os/as professores/as tornam fatos religiosos do cotidiano matéria de estudo na escola e, também o modo como religiosidades distantes (como as orientais) possuem o mesmo valor. Talvez essa abordagem, que torna público e comum, matéria de estudo escolar aquilo que é próprio das tradições religiosas, torne-se um instrumento pedagógico que auxilie no combate a intolerância religiosa e o racismo, ao passo que todas as culturas têm um valor intrínseco e, como matéria de estudo escolar são valorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões propostas neste artigo, pretendem ser ampliadas por outras pesquisas e outros espaços reflexivos. Destacamos, desde suas primeiras considerações, que é importante perceber uma relação muito profícua entre os conceitos de profanação, escola e ensino religioso não confessional. Tendo o ensino religioso, na escola, como objeto de estudo o fenômeno religioso e suas possíveis relações, há que, constantemente liberar as explicações religiosas para poder ampliar os conhecimentos e reflexões, livres do ‘poder’ que as religiões impõem sobre aquilo que lhe é próprio, aberto para o diálogo, o conhecimento e o reconhecimento.

Ao longo das prospecções teóricas apresentadas brevemente acima buscou-se apresentar um conjunto conceitual potente para a reflexão sobre as possíveis relações entre a profanação e as aulas de ensino religioso. Consideramos esta exploração algo fundamental para ampliar o debate acerca da presença desse componente curricular na escola bem como para propor um caminho teórico-metodológico que o constitua de fato como um componente não confessional. A não confessionalidade pode ser-lhe atribuída ao passo que, nas aulas se proponha fazer um exercício de profanação das coisas e fenômenos que possuem significados e sentidos religiosos para torná-los públicos; torná-los matéria de estudo nas aulas.

Não profanar os conteúdos religiosos nas aulas de Ensino Religioso, pode significar a prática de proselitismo. Mesmo que não se busque converter, ou convencer os/as alunos/as de que determinada religião é melhor que outra, ao passo que apenas uma delas é valorizada como objeto de estudo na escola, essa ganha maior visibilidade, implicitamente desvalorizando outras práticas da diversidade religiosa. Um/a professor/a que não busca profanar os conteúdos religiosos e torna-los matéria de estudo escolar (MASSCHELEI, SIMONS, 2017) corre o risco de não engajar os/as alunos/as nas atividades que são propostas, de desenvolver mesmo que de modo não intencional preconceitos e discriminações, ou mesmo de gerar atitudes de intolerância ao passo que se vê a valorização de uma religião em detrimento de outras.

O reconhecimento e a efetivação dos parâmetros curriculares e mesmo as orientações traçadas na Base Nacional Comum Curricular, tendem a ser uma saída potente para a defesa do ensino religioso como uma área de conhecimento que necessita estar na escola. Por isso é preciso sempre ampliar o debate acerca dessas orientações curriculares, para de modo epistemológico defender o papel de desenvolvimento da cidadania que o ensino religioso exerce na escola.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTERO, Alysson Brabo; PEREIRA, Maria de Nazaré Fonseca de Senna. Religiosidade Afro-brasileira e encaminhamentos metodológicos no Ensino Religioso. In: XIII Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso, 12., 2014, Belém/ PA. **Anais do XIII Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso**. Organizado por Simone Riske-Koch; Josiane Crusaro e Ediana M. Finatto. Florianópolis: FONAPER, v. 13, 2015. 552- 563.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CARON, Lurdes. O currículo do Ensino Religioso e as matrizes culturais do povo brasileiro. **RELEGENS THRÉSKEIA estudos e pesquisa em religião**, v. 02, n. 01, 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/32674>. Acesso em: 12, jul. 2022.

CECCHETTI, Élcio. Ensino Religioso não confessional: uma área do conhecimento. In: CECCHETTI, Élcio; SIMONI, Josiane Crusaro (Org.). **Ensino religioso não confessional: múltiplos olhares**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

FERREIRA, Renan da Costa; BRANDENBURG, Laude Erani. O Ensino Religioso e a BNCC: possibilidades de se educar para a paz. **Caminhos Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, v. 17, n. 2, maio-ago. 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7313/4156>. Acesso em: 12, jul. 2022.

SANTOS FILHO, Eliezer dos; DIAS, Sônia Maria; VARGAS, Leila César. VISITA A ESPAÇOS SAGRADOS COMO INTERFACE PARA O ENSINO RELIGIOSO. In: Anais X Congresso Nacional de Ensino Religioso (CONERE), XIV Congresso Internacional de Teologia da PUCPR, II Congresso de Pós- Graduação em Teologia (PPGT/PUCPR) e II Congresso Latino-Americano de Educação e Ciências da Religião (CLAEICIR), 10, 2019, Curitiba/PR. **Anais....** Florianópolis: FONAPER, 2020. v. 1, p. 542 - 550. Disponível em: fonaper.com.br. Acesso em: 31 ago. 2021.

FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Religioso**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

MELLO JUNIOR, Jaime de; ARAÚJO Maria de Fátima. O BUDISMO REVELADO NA LEITURA DO HAICAI: uma experiência nas aulas de Ensino Religioso no Ensino Fundamental II. In: VIII Congresso Nacional do Ensino Religioso; I Congresso Latino Americano de Educação e Ciência(s) da(s) Religião(ões), 9., 2017, Natal/RN. **Anais...** Florianópolis: FONAPER, 2018. v. 1, p. 58 - 67. Disponível em: fonaper.com.br. Acesso em: 31 ago. 2021.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 28, n. 2, jul/dez, 2003, p. 101 - 115.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SANTOS, Taciana Brasil dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.37, e20016, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/q53vWMgXQr68jNhtP6SZHPm/?format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SANTOS, Marinalda. Base Nacional Comum Curricular: Desafios e implicações para o Ensino Religioso. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2016. DOI: 10.15687/rec.v8i3.27466. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n3.293305>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SILVA, Cícero Williams da. História e percursos da devoção a Santa Rita de Cássia em Santa Cruz (RN) (pôster). In: VIII Congresso Nacional do Ensino Religioso, 8., 2015, Recife/ PE. **Anais do VIII Congresso Nacional do Ensino Religioso**. Organizado por Simone Riske-Koch; Josiane Crusaro e Ediana M. Finatto. Florianópolis: FONAPER, v. 8, 2016. p. 653.

SILVA, Genilson Trindade da. O PANTEÃO PERSA: cultura e religião na construção de máscaras de divindades. In: VIII Congresso Nacional do Ensino Religioso; I Congresso Latino Americano de Educação e Ciência(s) da(s) Religião(ões), 9., 2017, Natal/RN. **Anais...** Florianópolis: FONAPER, 2018. v. 1, p. 43 - 49. Disponível em: fonaper.com.br. Acesso em: 31 ago. 2021.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).